

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.300 - RJ (2015/0304673-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MIRIAM COSTA DO NASCIMENTO LOUZADA
ADVOGADOS : MAURO DE ABREU E LIMA - RJ068079
FRANCISCO ALVES DOS SANTOS - RJ041250
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE HOSPITAL DE IGUAÇU
ADVOGADO : CEZAR VIANA DA SILVA - RJ089885

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. CAUSA DE PEDIR FUNDADA EM ALEGADA IMPERÍCIA DO ANESTESISTA DURANTE CIRURGIA EFETUADA NAS DEPENDÊNCIAS DO RÉU, TENDO O LAUDO PERICIAL PRODUZIDO AFIRMADO QUE OS SINTOMAS RELATADOS NÃO TÊM NENHUMA RELAÇÃO COM O ATO ANESTÉSICO. PRETENSÃO DEDUZIDA NA PETIÇÃO INICIAL AFASTADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF, POR ANALOGIA. CONCLUSÕES FIRMADAS NO LAUDO PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO

DECISÃO

MIRIAM COSTA DO NASCIMENTO LOUZADA (MIRIAM) ajuizou ação de indenização contra ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE HOSPITAL DE IGUAÇU (HOSPITAL) afirmando que foi submetida a uma operação e passou a ter dificuldades para andar e dores em decorrência da imperícia na aplicação da anestesia.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente.

O HOSPITAL apelou afirmando que a hipótese da responsabilidade civil por erro médico é subjetiva, tendo o perito declarado que não houve erro no procedimento de anestesia, o que afasta o nexo de causalidade.

O TJRJ deu provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL CAUSA DE PEDIR FUNDADA EM ALEGADA IMPERÍCIA DO ANESTESISTA DURANTE CIRURGIA EFETUADA NAS DEPENDÊNCIAS DO RÉU, TENDO O LAUDO PERICIAL PRODUZIDO AFIRMADO QUE

Superior Tribunal de Justiça

OS SINTOMAS RELATADOS PELA AUTORA NENHUMA RELAÇÃO GUARDAM COM O ATO ANESTÉSICO, POIS QUE CORRETA FOI A TÉCNICA UTILIZADA PELO PROFISSIONAL MÉDICO, A AFASTAR A PRETENSÃO DEDUZIDA NA PETIÇÃO INICIAL - PROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fl. 301).

Os embargos de declaração opostos por MIRIAM foram rejeitados (e-STJ, fls. 310/312).

Irresignada, MIRIAM interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a (1) existência de sequelas após a realização de cirurgia em decorrência da atuação negligente dos médicos prepostos do HOSPITAL; (2) impossibilidade de constatar por onde o nervo lesado passa, sendo indevida a conclusão do laudo; e (3) que a demanda foi direcionada ao HOSPITAL pouco importando se a lesão foi causada pelo anestesista ou médico cirurgião, devendo ser reconhecida a responsabilidade nos termos dos arts. 932, III, do CC/02 e 14, do CDC.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso especial não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1), (2) e (3) Do mérito

MIRIAM sustentou a existência de sequelas após a realização de cirurgia em decorrência da atuação negligente dos médicos prepostos do HOSPITAL. Alegou a impossibilidade de constatar por onde o nervo lesado passa, sendo indevida a conclusão do laudo; e que a demanda foi direcionada ao HOSPITAL pouco importando se a lesão foi causada pelo anestesista ou médico cirurgião, devendo ser reconhecida a responsabilidade nos termos dos arts. 932, III, do CC/02 e 14, do CDC.

O TJRJ consignou que (i) a causa de pedir é a alegada imperícia do anestesista; (ii) que o laudo pericial concluiu que a lesão não tem qualquer relação com o ato anestésico; e, (iii) que não houve indicação de responsabilidade do HOSPITAL, confira-se:

Superior Tribunal de Justiça

A r. sentença proferida merece reparo. De fato, a causa de pedir que fundamenta o pleito indenizatório circunscreve-se à alegada ação imperita do anestesista que atuou na cirurgia a que se submeteu a Autora, nas dependências do Réu. O laudo pericial produzido, todavia, concluiu que os sintomas relatados pela Autora não têm qualquer relação com o ato anestésico, salientando, ainda, revelar-se correta a técnica utilizada pelo referido profissional. A afirmação do expert no sentido de que a lesão do nervo cutâneo lateral femoral provavelmente tenha decorrido da utilização do afastador ortostático, empregado para melhorar o campo operatório - circunstância adotada pela eminente julgadora para acolher os pedidos formulados-, não ampara a pretensão autoral, posto que instrumento utilizado pelo cirurgião, sendo certo que a atuação do referido profissional não foi elencada pela Autora como causadora de suas mazelas. Dentro deste quadro, e limitado o julgador à pretensão deduzida em Juízo consoante os fatos e fundamentos elencados na petição inicial, permitindo ao Réu deles se defender conforme expressos na referida peça, revela-se incontornável o insucesso autoral [...] (e-STJ, fls. 302/303).

Em relação ao pedido de reconhecimento da responsabilidade objetiva do HOSPITAL em relação aos atos de seus prepostos, cumpre esclarecer que o tema não foi tratado no acórdão, estando ausente o requisito do prequestionamento, atraindo o óbice da Súmula nº 282 do STF, quanto ao tema.

No que se refere ao nexo de causalidade entre a anestesia e a lesão, o TJRJ consignou que o laudo pericial "concluiu que os sintomas relatados pela Autora não têm qualquer relação com o ato anestésico, salientando, ainda, revelar-se correta a técnica utilizada pelo referido profissional", sendo inviável nesta esfera recursal a revisão das conclusões alcançadas em virtude do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS. ERRO MÉDICO. LEGITIMIDADE PASSIVA DO HOSPITAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO NOSOCÔMIO. NEXO DE CAUSALIDADE NÃO DEMONSTRADO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1.030.994/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 24/4/2018, DJe

Superior Tribunal de Justiça

2/5/2018)

Mantido o acórdão recorrido.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

